

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Tribuna da Imprensa Class.: 1258

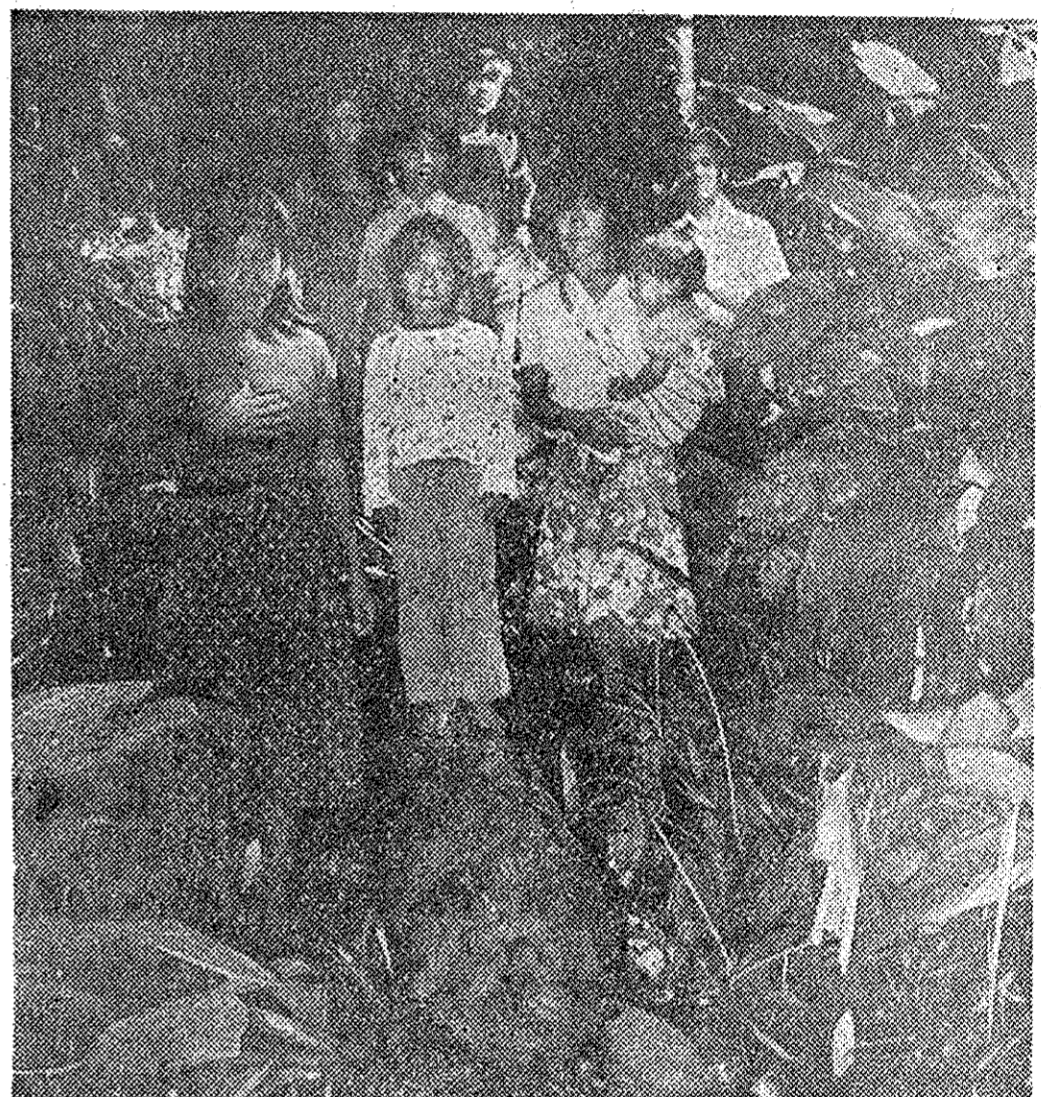
Data: 11.09.84 Pg.: \_\_\_\_\_

## Cipré: terras demarcadas pela Funai garantirão a sobrevivência dos índios

Entrevista a Hermínia Tótti

**O**S 28 índios Guarani-Nhandeva, organizados em uma comunidade de seis famílias no km 113 da Rio-Santos, na mata da Serra do Bocaina, próximo a Angra dos Reis, vivem hoje na expectativa de terem suas terras demarcadas pela FUNAI, fato do qual depende sua própria sobrevivência, segundo explicou o indigenista e coordenador do Projeto Guarani, Luís Felipe Figueiredo — conhecido como Cipré — nome dado pelos índios Xavante, com os quais viveu durante 4 anos.

Dedicado à causa indígena há mais de dez anos, Cipré vem desenvolvendo um trabalho com os guaranis desde 81. Primeiro, através da Associação Nacional de Apoio ao Índio e depois, no Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro (CADIRJ). Ele tem aplicado com a comunidade Guarani um plano de desenvolvimento sócio-cultural e econômico, cujo objetivo primeiro é assegurar-lhes a terra e sua subsistência, fato pelo qual vem reivindicando junto à FUNAI e ao Governo do Estado para que os índios tenham suas terras demarcadas. E explica também que o trabalho do CADIRJ é orientado em função das necessidades expressas pelos próprios guaranis, dando prioridade a seus valores culturais.



As seis famílias de índios Guarani-Nhandeva que estão no quilômetro 113 da Rio-Santos, na Serra do Bocaina, esperam pela decisão da Funai

### Como a comunidade Guarani vive hoje?

— Os guaranis encontram-se, atualmente, bastante desestruturados em função da morte, no dia 30 de julho, do cacique Carai Tataende, atropelado na Rio-Santos. Uma das pessoas que mais conduzia a luta pela terra. Agora, mais do que nunca, a comunidade espera a demarcação das terras, para segurança definitiva dos índios, e para que deixem de viver sob constante ameaça de expulsão, em função dos interesses econômicos que cercam aquela região.

### O que é o Projeto Guarani, que você vem desenvolvendo com os índios no Estado do Rio de Janeiro?

— O trabalho com os guaranis, que teve início em agosto de 81, encontra-se em vias de uma definição por parte da Funai, que é um órgão que deveria pelo menos zelar pela condição de vida destes povos. Que pelo menos a questão da demarcação de terras seja resolvida, para assegurar seu direito de vida e de trabalho, em sua comunidade.

Nosso trabalho inicialmente era desenvolvido pela ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio). Através das insistências constantes da ANAI à Funai, em setembro de 82 os guaranis foram reconhecidos pelo órgão, em função dos trabalhos antropológicos de Maria Auxiliadora antropóloga da Funai. De lá para cá, o trabalho foi-se desenvolvendo às custas de um empenho muito grande da ANAI, que em 83 passou a denominar-se CADIRJ (Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro).

O trabalho tem por prioridade a questão da demarcação das terras. Angra dos Reis sempre foi considerada uma área prioritária quanto à questão de preservação das terras. Mas, na prática, isto não acontece. Existe um interesse especulativo naquela área. Logo após o reconhecimento dos índios, foi designada uma comissão constituída por elementos do

INCRA e Funai, para levantamento da situação fundiária referente à área que os guaranis se encontram. Em junho de 83, foi oficialmente aprovada a delimitação da área, por eles ocupada, em 700 hectares. A partir do momento que a Funai reconheceu a existência de índios no Rio, nós procuramos intensificar as reivindicações feitas ao órgão e ao Governo do Estado e então começaram as represálias por parte dos interessados na região.

### Que tipo de represália vocês sofreram?

— O nosso trabalho sempre se caracterizou como uma missão calada, porque não tínhamos infra-estrutura e, por isso, seguíamos com muita cautela. Mas a coisa começou a cair nos ouvidos dos "ditos" proprietários de terras e daí começaram as ameaças de morte. Um guarani teve sua casa derrubada pelo proprietário da fazenda "Itinga".

### Qual o posicionamento do Governo do Estado em relação a esta questão?

— A partir do momento que a área foi delimitada, nós passamos a trabalhar para que fosse demarcado os 700 hectares. Paralelamente, começamos a solicitar apoio por parte do Governo do Estado. Em novembro de 83, tivemos uma audiência com o vice-governador Darcy Ribeiro, que prometeu que a área seria demarcada para os índios, por intermédio do Governo do Estado, sem interferência da Funai. Posicionamento que me surpreendeu bastante, em função dos conhecimentos que o Darcy Ribeiro possui sobre a questão indígena. Por isso, ele sabe que os índios sempre foram tutelados da Funai e isso implica que o Órgão tem responsabilidade jurídica perante as populações indígenas do Brasil. Ele se esqueceu que a Funai é a tutora oficial dos índios e que o Governo do Estado não tem condições de arlar reserva, passando por cima das condições jurídicas que a Funai possui. Nosso interesse era que houvesse uma atuação

conjunta do Governo do Estado com a Funai, no sentido de que o processo de demarcação fosse solucionado o mais rapidamente possível.

### Foi bastante demagógico o posicionamento do vice-governador...

— Exatamente. Nós elaboramos um abaixo-assinado composto de 7 mil assinaturas de parlamentares, líderes sindicais e, inclusive, de Teotônio Vilela, referente à demarcação das terras. Encaminhamos em mãos ao dr. Vivaldo Barbosa em 83. Depois da audiência e do abaixo-assinado nada foi feito por parte do Governo do Estado para concretizar a demarcação das terras. Nesta ocasião, eu estava sendo ameaçado de morte por elementos da região e fui, inclusive, abordado por elemento armado.

A Secretaria de Justiça, através da Comissão Estadual de Assuntos Fundiários ficou de dar uma definição e encaminhar o trabalho ao Governo Federal. A delegacia policial de Angra dos Reis foi mobilizada para dar garantia de vida aos índios e os que trabalhavam. Estes ordens foram rapidamente esquecidos.

Na ocasião estava sendo construída uma estrada com o objetivo de criar os meios necessários para a especulação imobiliária. Esta estrada foi embargada, mas pouco depois da audiência e do contato telefônico, recebemos reclamação dos guaranis, de que as obras na estrada estavam prosseguindo. Solicitamos então à Funai, uma intervenção da Polícia Federal na área, a qual esteve lá em dezembro do ano passado. Os elementos foram advertidos, as obras na estrada foram paralisadas até agora e o desmatamento e as ameaças cessaram.

### E em relação à questão das terras, qual foi o posicionamento da Funai?

— Em janeiro deste ano, através de ofício, a Funai reiterou ao cartório de Angra dos Reis, pedido de certificado de propriedade dos ditos proprietários de fazendas locais cuja existência física na área é praticamente nula. Uma vez que toda a ocupação física naquela região é feita pelos índios.

Alguns certificados foram levantados, mas até hoje não foi comprovada a validade destes documentos. Não seria de se estranhar uma série de irregularidades com relação a estes títulos. Seria necessário fazer uma pesquisa através de órgão competente do Governo do Estado, no caso a Comissão para Assuntos Fundiários.

Em maio deste ano, com o coordenador Edgard Ribeiro de Souza, secretário executivo da Comissão de Assuntos Fundiários do Governo. Desta visita ficou a promessa do Governo do Estado de que a Comissão de Assuntos Fundiários se incumbiria de fazer contato com a Funai, solicitando intervenção imediata para demarcação das terras. A Funai solicitou, então ao Governo do Estado um levantamento dos títulos de propriedade incidentes na área. E o Governo do

Estado se propôs a colocar todos os meios disponíveis e a arcar com o ônus da demarcação, o que não foi solicitado pela Funai, que até hoje não mandou solicitação para concluir o trabalho.

### No caso, houve uma inversão de valores, o Governo do Estado passou a ter um posicionamento mais efetivo e a Funai se omitiu...

— Isso mesmo. O Governo do Estado, que antes estava omissivo, passou a se colocar à disposição do projeto e a Funai se omitiu. Embora eu tenha tido conhecimento atualmente de que a Funai através de nota oficial iria solicitar a demarcação de terras, mas até agora não existe nada de concreto.

### Como você vê a atuação do deputado Mário Juruna. Qual o posicionamento dele, em relação ao problema dos guaranis?

— Ele esteve na área, mas o posicionamento dele como político, se limitou a esta visita. Nós estamos bastante decepcionados, porque depois desta visita não houve qualquer manifestação por parte dele em relação aos guaranis. Em face de ter sido eleito pelo Rio de Janeiro e de ser esta a única comunidade indígena existente neste Estado, é imprescindível a atuação dele no sentido de resolver os problemas relativos à demarcação das terras na comunidade, por isso, nós estamos cobrando um posicionamento dele neste sentido.

### Qual a situação dos índios hoje no Brasil?

— A situação dos guaranis reflete a situação geral dos índios, houve mudanças na Funai, com a troca na presidência do órgão e a ocupação de cargos importantes na Funai, por índios. Como o índio Megaron que é o atual diretor de Proteção Indígena do Brasil e de Marcos Terena, chefe de Gabinete do presidente da Funai, em Brasília. Mas este foi um espaço conquistado pela própria organização indígena.

Em abril deste ano, foi realizado o II Encontro Nacional de Povos Indígenas, em Brasília, no qual foram enfocados os principais problemas dos índios, que perduram apesar das mudanças realizadas na Funai. E que são o reflexo de toda uma política desfavorável aos índios. Em 83 foram criados vários decretos que vieram acentuar muito o problema dos índios. O decreto 88118 do Presidente da República retira toda a autonomia administrativa que a Funai tinha em relação à demarcação das terras. Esta autonomia se diluiu e quem atualmente dá o parecer conclusivo é uma comissão constituída de membros do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Ministério do Interior, Funai e, caso solicitados, Órgãos dos Governos Estaduais. Se for levado em consideração os interesses econômicos que pesam nas áreas de ocupação indígena, existe toda uma política voltada contra a demarcação das áreas e até uma violação às áreas que estão demarcadas.

No ano de 83 ocorreu uma pressão muito intensa, ataques diretos aos interesses indígenas feitos através destes decretos-leis e projetos, como por exemplo o Decreto de nº 88985, de novembro, que autoriza às empresas particulares de mineração a atuarem em áreas indígenas, argumentando a necessidade de proteger essas áreas contra os interesses destrutivos do garimpo manual.

Tem também a exposição de motivos 055. Até então era de competência da Funai acionar os órgãos competentes para intervir em áreas indígenas quando estas sofrerem invasão. Com a exposição de motivos, qualquer pessoa que esteja em área indígena pode solicitar intervenção policial. O artigo 3.º, inciso IV, do Código Civil, que define os índios como incapazes, anulando qualquer atitude política por parte dos índios. Há um projeto de lei de autoria do deputado Mozerildo Cavalcanti (PDS-RD), propondo a abertura do garimpo de cassiterita na Serra de Surucucus, em pleno coração do território dos índios Yanomami, com a consequente utilização destes índios como mão-de-obra. Os yanomamis são índios que conservam na íntegra os traços culturais do passado. A concretização deste projeto seria uma ameaça. Todos estes fatores fazem parte de uma série de pressões desencadeadas no ano de 83 e que até hoje não foram sanadas com as mudanças ocorridas na Funai.

Cria-se um clima de grandes expectativas favoráveis aos índios na Funai, mas que têm todo um caráter de tentar melhorar a fachada do órgão, que estava desastada por causa das evidentes agressões e arbitrariedades sofridas pelos índios. Até que ponto devemos aceitar como uma coisa definitiva ou questionar o que vem ocorrendo nas áreas indígenas?

### Você espera alguma mudança em relação à política nacional do índio com a possível eleição de Tancredino Neves à Presidência da República?

— A Funai sempre esteve voltada para o desenvolvimentismo. Eu acho que é preciso uma reformulação geral. E eu só acredito nesta mudança a nível de eleição direta, com um representante eleito pelo voto popular. O Colégio Eleitoral é uma coisa biónica. O problema dos índios só será resolvido quando houver uma reformulação da questão fundiária, através de uma reforma agrária. A Funai continua ligada a um sistema que já se mostrou falido. Muitas promessas existem e algumas conquistas já foram feitas pelos próprios índios. Mas a situação ainda está muito ruim. A tendência vai ser de piorar, enquanto não houver uma redefinição no quadro político da Nação.



Cipré em reunião com o vice-governador Darcy Ribeiro, o deputado federal Mário Juruna e o secretário de Justiça do Estado, Vivaldo Barbosa